

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

TELESCA, Maria Madalena. Maria Madalena Telesca (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Maria Madalena Telesca
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Levantamento de dados: Ângela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Ângela Maria de Castro Gomes; Elina da Fonte Pessanha; Regina de Moraes Morel;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Porto Alegre - RS - Brasil;

Data: 23/08/2005

Duração: 1h 0min

Fita cassete: 1;

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "História do direito e da justiça do trabalho", parte integrante do projeto Pronex "Direitos e cidadania", desenvolvido pelo CPDOC com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), no período de 2004 a 2006. A escolha da entrevistada se justificou por sua atuação como Juíza do Trabalho.

Temas: Associações profissionais; Atividade profissional; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Cooperação internacional; Desigualdade social; Direito; Direito trabalhista; Ensino primário; Ensino secundário; Família; Justiça; Justiça do trabalho; Magistratura; Política; Rio Grande do Sul; Trabalhismo; Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal Superior do Trabalho;

Sumário

Entrevista: 23.08.2005

Origens familiares; a formação escolar; o interesse por Direito; a política na família; a identificação com o professor João Antônio Pereira Leite; o interesse pelo Direito do Trabalho; a advocacia; o ingresso na Justiça do Trabalho; comentários sobre a vida associativa; a participação na Associação dos Advogados Trabalhistas do Rio Grande do Sul (AGETRA); comentário sobre os cargos de diretoria na Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4^o Região (AMATRA IV), na qual exerceu a presidência de 1998 a 2000; a carreira como juíza; a vida em Porto Alegre; a afiliação de associações dos profissionais da área do direito no Rio Grande do Sul; a participação no Fórum Mundial dos Juizes; comentários sobre cursos extracurriculares; comentários sobre as mudanças nas ações trabalhistas; a convocação para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT); a resistência das empresas, atualmente, em pagar ao final do processo; a falta de vocação para o magistério; a presença feminina na Justiça do Trabalho; a menor presença feminina na Justiça Comum, em comparação com a Justiça do trabalho; o machismo no ambiente profissional; comentários sobre a necessidade de experiência antes de se assumir um cargo de juiz(a); comentários sobre o projeto de reforma sindical; a importância da emenda 45 e a ampliação de competências da Justiça do Trabalho; a ampliação da competência: das relações de emprego para as relações de trabalho; a relação entre os juizes do trabalho e os da Justiça Comum; a participação de juizes do trabalho no Fórum Mundial dos Juizes; a participação de profissionais de outros estados e países no Fórum Mundial; a importância do Fórum Mundial e da troca de informações; as iniciativas de aumento de acesso à Justiça no Brasil; a presidência de Francisco Fausto no Tribunal Superior do Trabalho (TST); o fortalecimento da Justiça do Trabalho como instituição; a fundação da AMATRA IV, em 1965; o intercâmbio e o diálogo com profissionais de outros países; a mobilização e o contato com profissionais de outros estados; comentários sobre a atuação e o papel da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); comentários sobre a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); comentários sobre o Conselho Nacional da Justiça do Trabalho; a relação entre juizes e tribunais; a importância de se clarificar os critérios de promoção da carreira; comentário sobre os cargos de confiança dentro da Justiça do Trabalho e o problema do nepotismo cruzado; comentários sobre as perspectivas da Justiça do Trabalho; comentários sobre a competência para a execução da contribuição previdenciária decorrente de uma ação; breve comentário sobre a família da entrevistada.

Entrevista: 23 de agosto 2005

Elina Pessanha – Hoje é dia 23 de agosto de 2005, estamos aqui, Regina Morel e eu, Elina Pessanha, para entrevistar a dr^a Madalena, que é juíza aqui no Rio Grande do Sul, portanto ligada à Amatra 4, e que no momento está convocada para o TRT, nós estamos inclusive na sede do TRT. Dr^a Madalena, eu queria que a senhora se identificasse com o nome todo, por favor, e depois nos falasse onde nasceu, quando nasceu, se quiser... Estou brincando, e sua família, enfim...

Maria Madalena Telesca – Maria Madalena Telesca, nascida em Porto Alegre, em 11 de maio de 55, filha de descendentes de imigrantes.

E.P – De onde?

M.T – Meus pais nasceram na cidade de [Nome de cidade no interior do Rio Grande do Sul], que é no interior do estado. Minha mãe era filha de um alemão nato e descendia só de alemães, descende só de alemães, porque está viva. E o meu pai era filho de um italiano nato e descende de italiano, alemães, portugueses, franceses, búlgaros, tudo. Meu pai era trabalhador, era metalúrgico, minha mãe tinha um ateliê de alta costura, então eu já fui criada dentro de uma situação assim, digamos assim, situações antagônicas, um trabalhador e uma empregadora. Ele na realidade da fábrica e ela tratando de roupas finas e etc. E foi bem assim que me criei. Eu sempre vivi em Porto Alegre, estudei em colégio de freira no início, depois fui para a escola pública e aí tive sempre formação na escola pública em centros assim bem tradicionais aqui no estado, que é o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, que é aonde aconteceu muita coisa nessa cidade, nesse estado. Fiz o curso de direito na Faculdade da Universidade Federal, e desde cedo me interessei pelo mundo do direito, provavelmente influenciada por aquelas cenas de defesa do injustiçado, do júri, etc. Mas como a minha família, já o meu bisavô tinha inclinação para a política, não como parlamentar, mas para a vivencia da política. Aliás, eu discuto muito com a dr^a Magda porque a família dela era chimango e a minha era maragata, e aí nós nos perdemos em muitas histórias. Meu avô, esse italiano, era getulista, se naturalizou para poder votar no Getúlio, meu pai era brizolista, então essa parte toda do trabalho sempre esteve presente na minha vida. Na faculdade os professores que eu mais me identificava era o dr^o João

Antônio Pereira Leite, que foi juiz do trabalho e que foi uma das pessoas que se destacou no Direito do Trabalho aqui no estado, foi meu paraninfo. E aí foi normal, me encaminhando para essa área...

E.P – Foi se encaminhando para a Justiça do Trabalho.

M.T – Exato, fui me encantando. E eu advoguei bastante, eu advoguei 12 anos antes de ingressar na magistratura, e agora fim de setembro faz 15 anos que eu sou juíza do trabalho. E eu já disse em outra ocasião, não sou nenhuma jurista, me considero uma operária do Direito do Trabalho, mas eu gosto muito do que faço e luto pelo Direito do Trabalho, certas reformas que em certos momentos se propõe sempre me deixam muito preocupada, na medida que eu posso em conjunto com os demais, até porque sozinha nada se faz, tenho me rebelado e atuado nesses movimentos de defesa que vão surgindo, não é.

Regina Morel – Em que ano você fez concurso para a Justiça do Trabalho?

M.T – Eu assumi em 1990.

E.P – Há 15 anos certinho.

M.T – Em 90. E em que se refere à vida associativa, quando eu estava no colégio, no Juninho não existia grêmio porque graças à redentora ele tinha sido fechado em algum momento e não tinha. E aí a nossa maior atividade, a mais revolucionária era a feira de ciências, quando a gente tentava discutir mais alguma coisa. Na faculdade e sempre participei do centro acadêmico. E depois quando advogada eu participei de algumas gestões da Associação dos Advogados Trabalhistas aqui do Rio Grande do Sul, a AGETRA, que é uma entidade que teve uma atuação destacada em vários momentos, não é, fui, participei lá como secretária, conselheira. E desde que eu ingressei na magistratura, eu acho que porque eu tinha já uma experiência da AGETRA, foram me colocando em algum cargo de diretoria da Amatra. Comecei na Secretaria Social, depois fui indo, fui presidente da Amatra de 98 a 2000. Isso é uma coisa que eu me orgulho muito.

E.P – Vimos sua foto lá. [Riso]

M.T – Tenho participado sempre da diretoria da entidade, e desde 2001, com mais alguns colegas, eu estou nesse trabalho, que é muito prazeroso, que é o do Fórum Mundial de Juízes.

E.P – Sua carreira como juíza, depois que você faz concurso, como é que ela se desenvolve?

M.T – A carreira de juízes do trabalho, juiz federal ela é muito simples. É juiz substituto, aí um dia é promovido, quando cria vaga, para juiz titular ou por antiguidade ou por merecimento. Eu fui promovida por antiguidade, mas foi em uma época em que foram criadas 26 varas, então, foi muito rápido. Tem muita gente que...

E.P – Quanto anos?

M.T – Eu sou titular de vara faz 12 anos. E sou titular de uma vara em Porto Alegre a mais de 11 anos. Foi tudo muito rápido.

E.P – Muito rápido. Três anos só como juíza substituta.

M.T – Três anos e meio, dois anos e nove meses como substituta e 13 anos e meio como titular de vara em Porto Alegre.

E.P – Muito rápido.

M.T – É, muito rápido, eu e alguns. É que...

E.P – Foi o momento.

M.T – É pegamos o momento. Eu tenho sorte em algumas coisas.

E.P – Então você atuou pouco fora de Porto Alegre.

M.T – No interior muito pouco, até porque quando eu era substituta eu ficava muito zoneada em Porto Alegre. Então eu atuei pouco no interior. A minha experiência no interior é muito pequena. E como eu nasci aqui, eu tenho vivência no interior porque a minha família veio do interior, e em alguns momentos eu... Mas eu particularmente não gosto. Não que Porto Alegre seja a minha metrópole, mas...

E.P – Porque você é daqui, porque você também é daqui, alguns outros que nós entrevistamos já vinham do interior, então, você já estava aqui, não é, [INAUDÍVEL].

M.T – A forma de trabalho daqui, as pessoas daqui, então, quer dizer, eu estou acostumada aqui. Só que Porto Alegre não é nenhuma metrópole, é uma cidade boa de viver, mas não é grande, não acontecem tantas coisas. Se bem que tem uma colega nossa aposentada que tem uma filha que mora agora em Hamburgo que sempre diz que o que tem de evento e atividade cultural em Porto Alegre é um espanto.

E.P – A gente não se dá conta. A gente está na cidade, a gente não se dá conta.

M.T – Tanto que lá, por exemplo, nessa cidade acontece isso, nessa outra aquilo e aqui na outra aquilo, agora reunir tanta coisa ao mesmo tempo em um lugar só não é normal.

R.M – É o que nos espanta em relação à Porto Alegre, ao Rio Grande do Sul, é que o movimento associativo dos profissionais da área de direito. Tem Juiz pela Democracia ou Fórum Mundial dos Juizes...

E.P – Associados do direito alternativo...

R.M – É, pois é, então tem uma coisa...

E.P – É uma ebulição, assim, de associações.

M.T – Tem, tem no Fórum Mundial dos Juizes tem dois juizes que estão ali na organização que nós contamos, que os dois são bem atuante na Associação dos Juizes pela Democracia, que é

o João Ricardo e o Humberto. E eu não vinculo mais a eles, até me dou muito bem com o pessoal dos Juízes pela Democracia, os ex-presidentes, esses que estão em São Paulo, a atual, porque não dá tempo para tudo, tem que fazer escolhas.

E.P – Tem que escolher uma associação para...

M.T – Tem uma outra entidade que é muito importante, que é a Associação Americana de Juristas, que também tem, digamos, uma delegacia aqui em Porto Alegre, que eu faço parte do conselho, mas só está o meu nome lá porque eu não tenho a menor condição. Eu, há muito custo, o Fórum Mundial dos Juízes, desde que a gente começou, a gente não parou. Agora mesmo vem pela internet uma ata da última reunião. A gente está sempre se reunindo, está sempre em atividade...

E.P – Vocês já estão se organizando para o próximo...

M.T – Tem alguma coisa na Amatra ainda que eu pego para fazer, mas cada vez menos. Agora estão me arrumando uma atividade na Anamatra e essa eu quero. Fora isso tem o trabalho.

E.P – Você acumula, não, quando você vem para cá convocada...

M.T – Não, não, não, porque aqui o regime...

E.P – Não dá, é impossível, é muito trabalho.

M.T – O regime é de [força].

E.P – Você está desde quando?

M.T – Agora aqui faz, desde o dia primeiro. Mas já é a terceira vez. Mas as minhas convocações sempre foram curtas. Fora isso, agora eu estou tendo umas aulinhas de espanhol. Inventaram agora uma série de cursos que apareceram, [INAUDÍVEL] daqui um curso muito bom da AMB em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, que é Administração Judiciária. Eu estava bem

interessada, mas por enquanto não, eu quero ir para o próximo. O tribunal junto com a escola e mais a universidade, a UNISC, que é a Universidade de Santa Cruz, está bancando uma pós-graduação que tem 40 juízes. Tem mais uma outra turma que está em um curso com o SESITE com a Anamatra que começa agora no mês que vem em São Paulo. Esse até me arrependi de não ter olhado para ele mais atenção. Eu digo, não, não dá, aceitei a convocação...

E.P – E a convocação é um trabalho.

M.T – E recusar a convocação é complicado também, então tem uma série de coisas.

E.P – Bom, em termos de carreira está bom. Nas varas que você trabalhou aqui em Porto Alegre você observou alguma diferença entre elas, ou o tipo de causa...

M.T – Não, são, Porto Alegre é tudo igual. Tudo igual não, Porto Alegre é onde tudo acontece, não é, todo o tipo de causa tem. Eu estou na minha vara desde que ela foi instalada, faz mais de 11 anos, mas antes disso, quando eu era substituta, o que tinham o que eu atuei em vara, que naquela época existia assim, atualmente tem uma vara que é só para fazenda pública, e naquela época não, a cada ano os feitos da fazenda pública eram distribuídos para uma vara. Então eu peguei várias só com essa matéria. Depois trabalhei nessa vara que é só para isso. Então essa foi a única diferença, de resto... O que tem é que com o tempo as ações mudaram. Isso sim. Antigamente a gente tinha muito mais processo de empregado que vinha na justiça reclamar contra o seu empregador. Agora a gente tem é muito processo de pessoa sem carteira anotada, no trabalho “informal”, que não é informal, não é, que é só uma situação de desrespeito à lei, que vem pedir o reconhecimento desse vínculo e mais tudo o que vem atrás. Da mesma forma tem muita gente que vem como cooperativado e não é cooperativado, é empregado. E outra coisa que alterou é que antigamente a reclamatória era voltada contra um, agora se volta contra o intermediário e mais meia dúzia de tomadores de serviço, ou um tomador de serviço. Então, isso houve uma mudança muito grande, muito grande mesmo. Depois o que, o valor das ações até diminuiu, as reclamatórias, como o salário está cada vez mais baixo, ou como há esse desrespeito todo, a lei vai aviltando a remuneração da pessoa, o salário é cada vez menor e a resistência do empregador para pagar é cada vez maior.

E.P – Maior.

M.T – Então os processos vão enfrentando todo o tipo de recurso, e vão e voltam, e vai de novo, e é uma coisa que...

E.P – E aqui você em algum momento esteve em turma de dissídio coletivo?

M.T – Não. Não porque...

E.P – Normalmente os convocados não, não é.

M.T – Não, os convocados só quando é convocado para gabinete. Eu ainda não tive essa honra de ir para um gabinete, nós estamos sempre nesse regime de exceção, então é só processos...

E.P – Recursos mesmo.

M.T – Recursos mesmo, não tem turma, sessão nem de dissídio coletivo nem de dissídios individuais.

R.M – E nesse momento a sua convocação vai até quando?

M.T – Em princípio até o final do ano, até o dia 19 de dezembro.

E.P – Você gosta, não gosta?

M.T – Gosto, gosto.

E.P – Gosta. Então...

M.T – Até porque o trabalho lá está muito pesado. Então, aqui é esse regime de força, mas...

E.P – Mas em compensação você tem um apoio. Lá você tem esse apoio logístico que tem aqui?

M.T – Tenho uma pessoa tenho uma pessoa. Só que aqui eu voto e, sessão, audiência, despacho... E essa resistência a pagar está fazendo com que o processo de execução fique cada vez mais difícil, mais complexo. Quando eu advogava, em que pese os meus entendimentos, eu advogava para empresa. E eu me lembro muito bem que quando se concluía que a conta está correta a empresa vinha e pagava. Hoje em dia ninguém mais paga.

E.P – Agora ela apela...

M.T – Até, se puderem ir à Corte Internacional de Haia, eles vão.

E.P – Ninguém que pagar, ninguém que gastar. Durante esse seu processo de carreira, magistério você alguma vez?

M.T – Não. Tentei uma vez, mais eu, honestamente, eu acho que para o magistério a pessoa tem que efetivamente se preparar. Não pode ser essa coisa de advogado dar umas aulinhas. Isso é uma falta de respeito com o aluno e eu não tenho a menor vocação para o magistério. A única coisa que eu posso, acho que eu posso fazer é conversar com alguém que queria seguir essa carreira quanto à prática. Agora, doutrina, conceito, não tenho, não me sinto...

E.P – Não é o que te interessa.

M.T – Não, não é. Não me sinto habilitada para estar passando esse conhecimento. Não tenho, eu gosto muito de conversar com as pessoas, mas sem esse compromisso de estar passando conhecimento de forma garantida, porque estabelece um compromisso.

E.P – [INAUDÍVEL].

M.T - Ah não, não tenho.

R.M – Madalena, quer dizer, a gente tem observado, quer dizer, a Justiça do Trabalho, na Justiça do Trabalho as mulheres ocupam cada vez mais espaço, não é, embora no TST haja apenas uma única mulher.

M.T – Só uma.

R.M – Pois é. Você acha que por ser mulher isso teve alguma...

M.T – Nunca. Nunca, nunca, nunca senti, até hoje, discriminação pela condição feminina. Mas acho que é porque, isso aqui é uma situação muito peculiar, porque, por exemplo, não tem diferença remuneratória. E nós somos aqui, eu acredito que a gente seja metade por metade. E o nosso tribunal já teve duas presidentes, várias vice-presidentes, também já teve várias corregedoras. Então não vejo...

E.P – Já foi quebrado.

M.T – Já, já foi quebrado. Aonde eu vejo, honestamente, mais resistência é na Justiça Comum. Quando eu era presidente da Amatra, que eu participava daquelas reuniões, da Anamatra sempre tinham bastante mulheres, mas na AMB tinham poucas mulheres e só alguma, ou que outra, inclusive tinha uma juíza de Alagoas que era muito boa, que era presidente da Associação dos Juízes Estaduais de Alagoas. Acho que elas mesmo se retraiam, não... Tinha um juiz de direito do Paraná muito engraçado, desembargador, me chamava de [CUT]. Me chamava de [CUT]. E eu cobrava, eu cobrava, assim como cobro, o direito de todas mulheres. Uma coisa que eu fico muito revoltada é quando se vai em um evento que a mesa só tem homens. Porque? Todas essas áreas existem mulheres e muito boas. Até quem monta a mesa tem que parar para refletir e colocar mulher. Mas aqui não. Agora, eu sei que existe, sei que existe, já ouvi falar inclusive de assédio, mas por outras [varas]. Aqui não...

R.M – É mais tranquilo.

M.T – Aqui sempre é muito tranquilo. Por exemplo, quando eu ingressei na magistratura eu já não era criança, eu tinha 35 anos, já tinha um bom tempo de advocacia, todo mundo me conhecia, nunca ninguém tentou me desrespeitar ou fazer pouco por causa da condição feminina. Agora, talvez essas juízas que ingressem hoje muito jovens às vezes enfrentem no interior alguma situação mais complicada. Aliás, teve uma que inclusive enfrentou. Um presidente de OAB de um interior qualquer disse para ela que lugar de mulher era na cozinha,

essas bobagens assim. Mas disse para afrontar, para... Não é que pense, mas é que, exatamente para...

E.P – Humilhar.

M.T – Humilhar ou diminuir a autoridade dela. Algo assim.

E.P – Agora, os juízes jovens homens também parece que eles se sentem, não é. Alguns nos contam isso, que quando chegaram lá muito jovenzinhos, que os advogados menosprezavam...

M.T – Eu, particularmente, sou defensora da tese do drº [NOME INAUDÍVEL], 30 anos, acho uma idade bem boa. Até porque a adolescência hoje vai muito longe, não é. [Risos]

E.P – Aí você acha que eles entram muito novinhos.

M.T – Acho que sim, até porque eles são muito protegidos hoje em dia, não é. A juventude de hoje da classe média é muito mais protegida do que...

E.P – É. Nós íamos à luta antes.

M.T – Claro, com certeza. E como a adolescência vai muito longe e agora tem que trabalhar muito tempo também...

E.P – Nós temos que sair da adolescência para ser juiz.

M.T – Sim, e tem que trabalhar muito tempo também. Então eu acho que essa exigência de três anos, por exemplo, de experiência, eu sou rigorosamente a favor, até acho que poderia ser mais. Em janeiro, no Fórum, veio um juiz taiwanês, falar para nós daquele caso daquele menino [INAUDÍVEL], ele disse que recentemente em Taiwan houve uma reforma e agora a experiência mínima é dez anos, mas pode ser magistério, pode ser, quer dizer, mas dez anos, que é exatamente para a pessoa ter o mínimo de maturidade.

E.P – Existe agora esse [INAUDÍVEL]

M.T – Três anos, três anos.

E.P – Isso é válido...

M.T – Foi com a reforma.

E.P – Ah, com a reforma.

M.T – Com a reforma do Judiciário.

E.P – Ah, com a reforma.

M.T – Com a reforma do Judiciário, três anos.

E.P – Em outras áreas tem também, três anos?

M.T – O MP está contestando, mas é para o MP também.

E.P – Também. Querem ficar com dois só.

M.T – Não, querem ficar sem nada.

E.P – Sem nada? Ai...

M.T – Sem nada. Faz a faculdade e assume a função.

E.P – Nós queríamos ouvi-la um pouco também sobre as reformas, sobre o projeto da reforma sindical, sobre o Fórum, se você pode fazer uma observação geral [da sua visão]. Eu gostaria de perguntar alguns [pontos] e sobre a emenda.

M.T – Eu pouco sei do projeto da reforma sindical, honestissimamente.

E.P – Você em princípio é a favor da pluralidade ou da unicidade?

M.T – Eu sou da unicidade, eu acho que a pluralidade...

E.P – Eu sou da unicidade. Porque hein?

M.T – Porque eu acho que a pluralidade seria muito boa se não fosse como é. Não vou nem dizer, aqui perto de Porto Alegre uma empresa já criou um sindicato chapa branca, esvaziando a atuação de um sindicato tradicional que sempre defendeu muito bem uma categoria, não é.

E.P – Você acha que o grande perigo é esse, sindicatos de empresa.

M.T – Exato. Então, empresa por empresa, em uma realidade de pouco emprego, para não dizer desemprego, e sem garantia de emprego é muito complicado. Porque se tivesse garantia de emprego eu até acho que a pluralidade seria mais democrática, mas desde que o trabalhador tivesse garantia. Assim essa pluralidade vai ser imposta, quem não for, é como a opção pelo fundo de garantia, não é, [INAUDÍVEL]. Então, por isso...

E.P – E o imposto sindical, qual é a sua posição, a contribuição obrigatória?

M.T – Eu também não sou contra o imposto, porque enquanto o nosso povo for pobre, eu não sei, por um lado seria um sinal de maturidade do trabalhador ele contribuir espontaneamente para o sindicato, mas isso é uma questão de educação, eu acho que ninguém contribui espontaneamente. Quem é que se associa ao sindicato? Quase ninguém, não é.

E.P – É, voluntariamente...

M.T – É, então por isso por enquanto eu sou a favor do imposto. Eu sei que a maioria dos meus colegas é contra, mas nessa circunstância que a gente vive eu não consigo ser contra o imposto. Meu marido é advogado de sindicatos, e ele tem experiência mesmo, eu não sou contra imposto.

E.P – Outra coisa desse ponto também da reforma que também é criticado é o poder que eles acham que vai ser excessivo das Centrais Sindicais. Então, na verdade, um conselho formado pelas centrais substituiria, em um certo sentido, alguns órgãos do Ministério do Trabalho, governo, para regular uma série de aspectos aí da organização sindical, de composição dos conflitos e tal. O que é que você acha disso, você tem alguma...

M.T – Olha, eu nunca parei para pensar nisso.

E.P – Para pensar nisso especificamente.

M.T – Não, não parei, honestamente não. Se bem que as centrais já estão, já estão dando o tom...

E.P – Já estão, não é.

M.T – Honestamente eu não, essa parte do direito coletivo eu nunca botei a mão nele assim para ver mesmo como é que ele...

E.P – Até porque vocês não são tão, não é, não atuam...

M.T – Mas não sei se vai mudar muito. Isso aí só vendo na prática.

E.P – Agora também não sabemos que produto vai ter essa reforma.

M.T – Pois é, eu estou achando que essas outras reformas estão suspensas e por um bom tempo. Eu não acredito que o governo nessa situação que cada dia piora um pouco, não é, impressionante, eu nunca vi, que vai querer tocar isso. Eu não acredito não.

E.P – E a emenda 45? O que você achou dela, da ampliação da competência...

M.T – A ampliação da competência a Anamatra e os juízes do trabalho foram atrás, não é. Me parece que como fortalecimento da Justiça do Trabalho é importantíssimo porque, que ano era isso meu Deus, 99, 2000, tinha aquele projeto de extinção, não é. Então, agora nos afirmamos. E me parece que essas matérias todas que vieram para a competência da Justiça do Trabalho, é coerente, não é. Porque, porque é que os juízes cíveis estavam discutindo os conflitos envolvendo sindicato em geral, eleições do sindicato. Isso é matéria da Justiça do Trabalho. Deixa eu ver o que mais que tem...

R.M – Em relação à presença do poder normativo.

M.T – Poder normativo, nós aqui na Amatra 4 nós éramos os últimos que sempre defendemos o poder normativo. Então, éramos só nós, as centrais não querem mais o poder normativo, não é. Agora, ficou uma coisa meio estranha isso de se os dois vierem juntos de mãozinhas dadas, isso não existe. Isso não existe. Aliás, isso aí ainda não deu para ver na prática como é que vai ficar, porque isso aí é uma loucura.

E.P – Tão absurda que...

M.T – Isso é uma loucura. Acho que de alguma forma força a composição e o poder normativo era na verdade uma forma de mostrar que os sindicatos não tinham maturidade para resolverem sozinhos...

E.P – Querem a [associação direta]...

M.T – Então tinha que ter a interferência do Judiciário.

E.P – Ainda acha que essa interferência do Judiciário é importante.

M.T – Nesse momento não sei. Porque na verdade tudo o que é auto composição é boa, desde que em condições normais de negociação, sem que um esteja impondo ao outro, não é, que, por exemplo, foi a nossa grande irrisignação contra essas comissões de conciliação prévia porque sabia que ali na comissão não tinha negociação nenhuma. Era imposto alguma coisa,

ou aceita ou não vai receber nada e etc. Então, os sindicatos, o problema é que os sindicatos estão esfacelados, tem alguns sindicatos que vão muito bem obrigado, e a maioria que a gente não tem mais nem notícia. E aí como é que eles vão negociar? Com que força? Mas por outro lado, todo mundo sabe, que nos últimos tempos o TST andava extinguindo tudo quanto era decisão vinda dos tribunais, por essa ou por aquela razão, etc, etc. Então, vamos ver o que é que acontece. Acho que o TST já estava declinando essa competência há muito tempo. Então, quando a própria justiça já estava abrindo mão da competência, querer segurar de que jeito?

E.P – Agora, essa ampliação dá um revigoramento em um certo sentido.

M.T – Ah sim, sim, em outras áreas, em outras áreas com certeza.

E.P – Em outras áreas, agora, nessa área...

M.T – Para mim a maior conquista nossa nesse reforma é que ficou expresso que a nossa competência não é só para relação de emprego, é para relação de trabalho. Isso para mim é a nossa maior conquista. Inclusive, agora, aquela velha discussão, velha não, nova discussão, o que é que é, se entra relação de consumo, se não entra... Isso tudo também está, está tudo muito nebuloso ainda, eu acho que só com, daqui mais um ano ou dois anos é que vai se saber mais ou menos, até porque tem coisas muito engraçadas por enquanto. Não é nessa matéria, mas o STJ andou legislando um conflito de competência semana passada dizendo que, dando uma [ordem] decorrente de acidente do trabalho. Se não me engano é isso, não era nosso. Se não me engano foi isso. Mas como, se o Supremo acabou de dizer, eu estava lá aquele dia até, que dez a zero que a competência... Então, me parece, honestamente, que a Justiça Comum não gostou de perder competência para a Justiça do Trabalho, para a Justiça Federal.

R.M – Foi dez a zero?

M.T – Foi dez a zero.

E.P – E o STJ pode ter reivindicado...

M.T – Era um conflito de competência que já que já estava...

E.P – Ah sim, já estava andando.

M.T – Já estava andando.

E. P – Podia deixar de julgar. Complicado.

M.T – Muito. Por enquanto está todo mundo, por exemplo, essas ações de indenização por dano moral em decorrência de acidente de trabalho estão chegando. Estamos começando a julgar. Então...

E.P – Maria Madalena, como toda a sua experiência, por isso que você está dizendo também, como é que é a relação entre os juízes do trabalho e os da Justiça Comum, os juízes federais? Quer dizer, você tem esse transito, o Fórum Mundial dos Juízes na verdade é de todos os juízes, é uma coisa tranquila?

M.T – Eu acho que sim.

E.P – É. Mas você percebe diferenças?

M.T – Como é que eu vou dizer? Depende. Depende das pessoas com as quais a gente se relaciona, essa é que é a verdade. A gente vê situações em que os juízes do trabalho, os juízes de direito se entendem muito mal, e em outras que se entendem muito bem. Por exemplo, lá no fórum tem pessoa maravilhosas que participam conosco, e outras tantas que não participam, mas que vem. Aqui na AJURIS eles têm um núcleo de estudo político do direito, convidam sempre a mim e ao Ricardo, e outros para participar...

[FINAL DA FITA 1-A]

M.T – (...) a Justiça Estadual, que é conhecida por ser de vanguarda e...

E.P – É, vocês têm isso, o estado...

M.T – Tem várias áreas a gente se surpreende com as decisões deles e que...

E.P – Avançada.

M.T – Avançada. A Justiça Federal também acho que vai bem...

R.M – Há muitos juízes do trabalho que participam do Fórum Mundial?

M.T – Não. Na verdade, na organização há um grupo, são sempre os mesmos. Agora, quando na realização, quando se realiza o evento mesmo, aí tem uma boa participação daqui. A Anamatra tem convocado reuniões, aí vêm colegas de outros estados. Vem outros que não vem para a reunião, que vem para participar. E bom do fórum é que a gente tem conseguido trazer gente de fora para participar. O fórum tem coisas bem interessantes. Mas os colegas, tem colegas de São Paulo, do Pará, de Minas, meu Deus, Pernambuco, que participam, colocam informações pela internet, ajudam, fazem indicações, levam material aquela coisa toda que a gente vai fazendo, trocando informações. E a gente tem conseguido colegas de fora, não é, no segundo fórum veio um colega do Chile, isso foi fevereiro de 2003. Aí em março de 2004 ele fez um evento em La Serena, no Chile, maravilhoso. Eram poucos em número, mas tinha representação de dez países. Aí se criou uma rede lá, Rede Ibero-Americana de Juízes, que funciona. O ano passado em agosto se fez um fórum na Argentina. Aí como o organizador é um juiz que é o presidente, eu não sei exatamente o nome do cargo, da Associação de Juízes para a Democracia da América Latina, então ele conseguiu trazer juízes vinculados a essa entidade de toda a América Latina, e da Espanha, de Portugal e da Itália. Foi muito bom, se conheceu muita gente legal. Esse ano o fórum de juízes aqui foi uma beleza também. Só não se conseguiu tudo o que queria porque a [NOME INAUDÍVEL] estava acertadíssima, passagem comprada, aí morreu a mãe, era um luto de não sei quantos dias e não veio. E a nossa outra intenção, não houve jeito de conseguir, foi trazer um repórter da Al-Jazira. Mas ainda traremos, ainda traremos. Então, a verdade é que a gente nessas atividades todas a gente vai achando um aqui, outro acolá, outro lá, outro lá e vai...

R.M – Quer dizer, eu, assim, parece uma diferença muito interessante porque por um lado tem um movimento dos juízes do trabalho muito voltado para a própria categoria, para a própria corporação. E me parece que esse movimento...

M.T – Ah, mas esse é bem diferente, esse mistura tudo. Porque nós não, por exemplo, não tinha, dá para dizer que só na Justiça do Trabalho tem juízes envolvidos com movimentos sociais, pelo contrário, na Justiça Comum está cheio. Na Justiça Federal também. E o mais interessante, quando a gente começa a contatar com esses colegas dos outros lugares é que a gente vai vendo que o problema que eles enfrentam é o mesmo nosso. Claro que em países civilizados, rico, é de uma forma, mas nos países periféricos, assim, é exatamente igual, é tudo igual. Então é muito bom trocar informação e descobrir novas formas de resolver. Porque, por exemplo, o fórum, o fórum ele tem, ele centraliza o problema da independência e da democratização do Judiciário e o acesso à justiça. E o acesso à justiça é um problema do mundo inteiro. E sem acesso à justiça o resto tudo é balela.

E.P – E você acha que no Brasil a gente tem algumas iniciativas boas, recentes em termos de aumento de acesso à justiça, você destacaria alguma coisa?

M.T – Acho que sim, acho que sim. Tem as isoladas, assim, desses juízes maravilhosos que vão para dentro de barco e ônibus e não sei mais o que e fazem cada coisa que a gente...

E.P – Nem imagina.

M.T – Nem imagina. E tem outras assim, por exemplo, aqui em Porto Alegre tem uma ONGs, agora é uma [Ossip], um Instituto de Acesso à Justiça, que são juízes aposentados, advogados, tem psicólogo, te assistente social, e que não é só para o ajuizamento de ações, é todo um... E assim eu acredito que deva existir em outros lugares que a gente nem tem notícia, esse tipo de trabalho. Todo o dia a gente vai vendo.

E.P – Aqui a Amatra tem um, eles nos deram, a cartilha.

M.T – A cartilha, que é uma maravilha, a cartilha.

E.P – Os cartazes nos ônibus, trens, [INAUDÍVEL].

M.T – A Anamatra tem uma cartilha também.

E.P – Também.

M.T – A AMB tem aquele programa do cidadão “Justiça também se aprende na escola”, que vai para as escolas, que o melhor lugar para conscientizar alguém sobre os seus direitos é na escola, não é, porque a criança já se educa sabendo que...

E.P – E leva para casa.

M.T – Claro, leva para casa. E tem, aliás, se a gente começar a observar é impressionante o que tem de gente trabalhando de alguma forma, em algum lugar. O difícil às vezes pe conseguir juntar tudo, e o fórum, uma das coisas que a gente quer é isso, é ir buscando, nem que não fique exatamente no fórum, mas para intercambiar isso tudo e as pessoas irem trocando experiências e ir em frente.

E.P – Madalena, você identifica algum momento, assim, de [inflexão], depois da Constituição de 88, um momento em que realmente ficou muito claro que tinha que se investir nessa linha, digamos, mais politizada, inclusive se ampliando em termos de alianças com profissionais de outros países, há um momento, assim, de [inflexão]? Vou te dizer porque, algumas pessoas dizem, atribuem inclusive à gestão do Francisco Fausto um certo papel no sentido de, digamos assim, eu vou utilizar politizar na falta talvez de um melhor termo, mas um momento assim de maior politização dos problemas, você acha que isso faz algum sentido?

M.T – Na Justiça do Trabalho como instituição pode ser. Agora, nós aqui, deixa eu ver, quando foi que o ministro Fausto assumiu o [INAUDÍVEL], 2002...

E.P – Foi anterior a ele.

M.T - 2002, acho que foi em maio, 2002 ele há era presidente, ou era vice.

E.P – Ele saiu em 2004.

M.T – É, ele saiu em 2004, ele assume em 2002. É porque a gente aqui teve o Fórum Social Mundial aqui em 2001. Aí nós não tivemos Fórum de Juízes, nós tivemos o Fórum Social Mundial aqui, e tivemos aquelas oficinas jurídicas lá na Amatra e na AJURIS, e antes disso a gente já andava por aí fazendo outras coisas.

E.P – E vocês não sentiram isso, como se a Justiça do Trabalho que tivesse se aproximado do que vocês faziam.

M.T – É, porque a gente já estava fazendo isso, a gente sempre andou por aí fazendo coisas.

E.P – A primeira Amatra é essa daqui.

M.T – É, parece que é, a primeira Amatra é essa daqui.

E.P – Antes da Anamatra.

M.T – Sim, a Anamatra foi criada bem depois, inclusive o ministro Ronaldo é o primeiro presidente.

R.M – E o que impressiona, quer dizer, é isso, essa Amatra aqui foi fundada em 65, quer dizer, logo depois do golpe de 64.

M.T – Sim, sim, em um momento terrível. O pessoal aqui é fogo, não se entrega. Porque, e outras coisas, porque aqui a gente sempre teve algum intercâmbio com gente de fora. Mas isso eu acho que todos tiveram, não é só nós, todos mundo sempre teve.

E.P – Com quem tiveram é que pode ter mudado.

M.T – Exato, mas a gente sempre teve intercâmbio com o pessoal da Argentina, do Uruguai, do México, alguém na Espanha, então sempre se teve. Sempre, desde que eu me conheço circulando por esse meio eu tenho presente isso. Só que agora, claro, as coisas estão mais amplas, não é. Aquele evento que teve no TST em março, abril de 2003, teve um congresso muito bom, veio gente de tudo quanto foi lugar e era o ministro Fausto é que era presidente ainda. Foi com a OIT aqui, então teve gente de tudo quanto foi lugar, foi muito bom.

E.P – Você identifica outro lugar no Brasil onde, mesmo não sendo com a mesma intensidade você também você identifica uma certa...

M.T – Não sei, acho quem em Minas o pessoal...

E.P – Também é muito ligado.

M.T – É bem ligado. Minas sim, Minas, no Pará tem um pessoal interessante...

E.P – Nós estamos indo para o Pará. Aí depois se você puder...

M.T – Francisco Sérgio...

E.P – Ah, então indica.

M.T – Francisco Sérgio Silva da Rocha. É um juiz do TRT.

E.P – Do TRT. Mais algum?

M.T – Não, o outro que tinha já está aposentado, acho que [já morreu]. Mas o Sérgio tem bastante gente, a mulher dele é juíza lá também, hiperativa e tal. Mas ele é ótimo, ele é ótimo. É ex-presidente da Amatra, ou vice-presidente, acho que é vice-presidente, teve um cargo na AMB que eu não me recordo, ele é muito bom, muito bom mesmo. Ele é muito meu amigo, mas ele é muito bom.

E.P – Vocês não saíram, a Amatra não saiu da AMB?

M.T – Não, não.

E.P - Você concorda com essa decisão.

M.T – Eu concordo, embora para ser honesta a AMB, eu não entendo, nada contra a figura do presidente, por exemplo, acho que ele é competente, mas acho que AMB ela já teve um papel bem mais importante do que tem agora.

E.P – E a Anamatra, você acha que a Anamatra é bem ativa?

M.T – A Anamatra vai bem e acho que a Anamatra está, a Anamatra está ocupando espaços até, ela sempre ocupou seus espaços. Mas ela está até acho que ocupando mais espaços porque está [subindo]. Então, claro...

E.P – Tem muito espaço para ocupar.

M.T – Tem muito espaço para ocupar. Eu acho que a Anamatra vai bem, faz tempo que vai bem. O [Cadico], que é o ex-presidente da AMB, o Cláudio Baldino Maciel, ele é meu contemporâneo de faculdade, quando ele foi presidente do centro acadêmico eu fui tesoureira dele, gosto muito dele, ele é muito meu amigo e acho que ele foi um ótimo presidente. E assim como acho que não é nada contra a figura do presidente, eu só acho que a AMB ela tinha mais espaço para ocupar do que ela está ocupando hoje. E acho que essa reclamação não é só minha, é dos estaduais também.

E.P – Claro.

M.T – E agora em algum momento acho que houve algum equívoco por aí nas trajetórias que fez com que as Amatras saíssem...

E.P – Tem pouco espaço para os juízes do trabalho nas direções, não é.

M.T – É, e aí isso aí é lamentável porque a AMB ela deveria ser uma entidade que reuniria as demais. E assim não. Agora ela vai, daqui a uns dias ela vai ser uma entidade nacional só de juízes estaduais. E isso aí é uma pena, quando começa a esfacelar. Eu me lembro sempre daquele livro do [INAUDÍVEL], que é, eu não sei se é [Maica ou Maita] o personagem, que eles vão se esfacelando, se esfacelando, e eu acho uma tristeza, quer dizer... Daqui uns dias para ter uma interlocução com a magistratura...

E.P – Vai ter que falar com...

M.T – Com meia dúzia, não é. Isso aí é lamentável, mas...

E.P – Como estamos aí sobre os nossos temas?

R.M – Tem mais um ponto aí da reforma, o que é que você acha do Conselho Nacional da Justiça do Trabalho?

M.T – Tudo com relação à Justiça do Trabalho eu ainda não sei muito bem...

E.P – [INAUDÍVEL].

M.T – Agora o Conselho Nacional de Justiça, para ser honesta, eu nunca fui contra, porque, até por uma questão de coerência, porque nós aqui há muito tempo defendíamos o controle, alguma forma de controle da sociedade. E o Conselho Nacional de Justiça, até porque ele tem membros estranhos à magistratura, é a sociedade controlando. Agora, o que tem que ver é o tipo de controle que vai ser feito, é aquela história, ninguém vai interferir na independência do julgador, não é. Uma coisa é algum procedimento ilegal, equivocado, mas não em uma atividade como o julgador tem.

E.P – Não pode.

M.T – Não pode.

E.P – A relação com os tribunais é boa, dos juízes com os tribunais? Você agora já é do tribunal.

M.T – Não, não sou.

E.P – Pelo menos provisoriamente.

M.T – A discussão, não, não, tem uma, aqui já se...

E.P – Quais são os próximos [de tensão].

M.T – Se discute sempre a abertura do orçamento, a eleição para a direção dos tribunais... Essa matéria é muito complicada porque, por um lado, é democracia, por outro lado, acaba virando campanha política, não é. Eu quero votar para a presidência do tribunal no primeiro grau, mas eu, tem esse outro lado. Então, tudo tem duas faces...

E.P – É [INAUDÍVEL] essa pergunta sobre as eleições.

M.T – Que por um lado, se fossem sempre os mais antigos seria uma coisa tranquila, não é, porque...

E.P – Em termos de critério de promoção você acha que acaba, a antiguidade acaba sendo melhor?

M.T – A promoção com certeza. Até porque, isso sim, isso que a AMB encaminhou para o Conselho Nacional de Justiça, e isso aí é uma postulação unânime, é que os critérios da promoção de merecimento sejam definidos e que seja justificado o voto. Porque é que está votando em A e não em B, não é. Até porque assim, ninguém é processado, ninguém é...

E.P – Tem o trabalho suspeito...

M.T – O trabalho está correto. Aí na hora da promoção por que motivo se escolhe alguém que passe 10 ou 15 colegas e que às vezes tem quatro ou cinco anos de trabalho a mais. Qual é a explicação? É porque é mais bonitinho, é mais simpático, é porque...

E.P – É menos por dinastias na Justiça do Trabalho, na Justiça Comum tem muito.

M.T – Não, não tem.

E.P – Não, não tem não.

M.T – Não tem, não tem, não tem. Tem até algumas famílias, mas pelo concurso público e favorecimento aqui, aliás, esse tribunal tem quase que nenhum cargo de confiança. Quase todo mundo é concursado. O que tem é o que tem que ser cargo de confiança, por exemplo, a assessoria de imprensa. Mas é só.

E.P – Isso em relação, é realmente diferente do que a própria forma da Justiça Comum? Vocês têm menos cargos de confiança do que a Justiça Comum?

M.T – Muito menos. No estado nosso nem tanto, mas também o que dizem é que tem nepotismo cruzado.

E.P – O que é isso?

M.T – Ah, um juiz...

E.P – Um juiz bota alguém que é filho do juiz do trabalho no gabinete...

M.T – É, da assembleia, no Tribunal de Contas...

E.P – Também isso vai ser muito difícil de controlar, não é.

M.T – Isso tem, nepotismo cruzado. E infelizmente, o nosso Tribunal de Justiça, que eu fiquei, é muito chato falar, não é, mas eu fiquei impressionada, criou não sei quantos cargos de confiança, a assembleia aprovou uma lei que cria não sei quantos cargos de confiança. Porque lá tem um problema, acho que o quadro deles é mal feito, no nosso quadro os assessores, os secretários especializados são do quadro e quando são escolhidos para essa função já sai uma gratificação de função e podem reverter. Lá o concurso é para essa função específica. Então se há uma inadaptação com o juiz ele fica sem ter como substituir. Mas eu, me parece, eles deviam é que ter tentado mudar o quadro [INAUDÍVEL] e não criar cargos de confiança, mas...

E.P – Criar mais cargos. Aí os cargos de confiança vêm na verdade para corrigir esses problemas.

M.T – É. O quadro da Justiça do Trabalho ele é qualificadíssimo. Chega a ser espantoso isso.

E.P – Muitos se tornam depois juízes

M.T – Não, e assim, a minha secretária tem formação em dois ou três cursos. Então ela, e isso é muito comum. Na Justiça Comum é um pouco complicado porque tem...

E.P – Porque essa coisa do concurso também tem isso, as pessoas mais qualificadas têm mais chances.

M.T – Sim, porque na Justiça Comum tem cartório [privatizado]... Então a situação deles é diferente, é diferente, também não dá para...

E.P – Para comparar porque não são situações idênticas.

M.T – Não, são situações diferentes. Então eles têm, eles enfrentam outras dificuldades.

R.M – Uma última coisa talvez, qual a sua opinião sobre as perspectivas, digamos assim, da Justiça do Trabalho?

M.T – Ah meu Deus, essa é uma pergunta complicada. Não, perspectivas, nesse momento, acho que em relação às melhores, na medida em que essa ampliação da competência ela fortaleceu a Justiça do Trabalho de uma forma que nem se imaginava há tempos atrás. Além do que, por uma outra razão, que também veio de uma emenda, essa nossa competência para a execução da contribuição previdenciária, agora nós somos órgão arrecadador e arrecadamos muito dinheiro, também nós, aquelas alegações que existiam antigamente de que era uma justiça muito oneroso, de que se pegassem todos os processos que estavam em tramitação e pagassem, toda aquela lenga lenga, isso tudo acabou porque agora nós somos um órgão arrecadador. E não estamos buscando essa competência, mas acreditamos que não demora muito para que nos transfiram também a competência para recolhimento da contribuição fiscal, que por enquanto se determina. Se recolher, recolheu, se não recolher, não recolheu. Mas daqui há uns dias não duvido que isso venha para nós. Agora, eu acho que enquanto não houver uma reforma do processo e não se alterar essa sistemática de infundáveis recursos, cada vez mais ter mais trabalho e por mais que os tribunais criem regimes de exceção e se tenha juiz e tal, o processo vai continuar sendo moroso. Porque, por exemplo, aqui na 4ª Região houve uma alteração muito grande e os processos estão sendo julgados cada vez mais rápido. Mas o TST, pobre do TST, chega lá e...

E.P – Todos os recursos do Brasil inteiro.

M.T – Está tudo lá. Então acaba sendo, depois a execução que vem tudo outra vez.

E.P – Volta.

M.T – Então tem que ter uma reforma processual, enquanto não...

E.P – Mas você não é a favor da súmula vinculante, ou é?

M.T – Não, não sou.

E.P – Isso não, ela não facilita...

M.T – Não facilita. A verdade é que muitas das súmulas já são aplicadas, não precisa ainda... Agora tem uma série de situações que surgem que se precisa de criação, não é, súmula vinculante vai liquidar com a capacidade de pensar.

E.P – E a outra seria impeditiva de recurso. Essa é que é para ser...

M.T – Sim, essa sim, claro. Com certeza. Agora me parece, porque, e tem que se criar alguns outros mecanismos para impedir essa situação que a gente vivencia todo o dia de julgar a mesma coisa em relação ao mesmo empregador todas as semanas e nada acontecer, continuar sempre como era antes. Multas maiores, algum tipo de penalidade que obrigue o empregador a se adequar e cumprir a lei, na medida em que ele já foi avisado em inúmeras ocasiões de que ele não está de acordo com a lei, porque isso é uma [INAUDÍVEL] dele. Cadê? A substituição processual foi um excelente mecanismo que a Constituição trouxe, mas a Justiça do Trabalho resistiu, não é. O TST foi estabelecendo tantas limitações...

E.P – Esvaziou, não é.

M.T – Esvaziou.

E.P – Explica uma coisa para uma leiga, essa cobrança previdenciária vocês farão a partir do [INAUDÍVEL] do TST, como é que é essa...

M.T – Não, não, é assim, reconheceu, deferiu alguma coisa ao empregado. Ele tem índice de contribuição previdenciária. E nós cobramos.

E.P – Ah, aí cobra.

M.T – Nós cobramos, e nós cobramos....

E.P – Puxa, isso cobrando de cada um significa um volume estúpido.

M.T – Mas é um volume estúpido de dinheiro.

E.P – De fazer diferença a ponto de melhorar a imagem de vocês. [Risos]

M.T – Mas é muito, mas é muito, muito, muito dinheiro. Agora até com essa criação com essa super receita da fazenda, não sei nem como [INAUDÍVEL] mesmo, porque a cada 15 dias vinha um procurador do INSS, olhava todos os processos. Aí eles ainda recorriam. Não sei porque é que eles querem recorrer, estamos fazendo o trabalho para eles aqui. Eles que aumentem a fiscalização, vão cobrar os devedores aí fora, porque quem paga está na justiça que está controlando...

E.P – Está controlando a justiça.

M.T – E é um volume muito, muito, muito grande de, eu não me lembro mais dos números. Eu já ouvi em algum momento, mas já esqueci. Mas eu sei que superou em muitas vezes a expectativa da previdência de arrecadação.

E.P – E existe algum mecanismo nessa outra linha, quer dizer, pensei que era, de denúncia? Por exemplo, o MP pode, por exemplo, a Justiça do Trabalho pode modificar uma situação de uma empresa altamente devedora e pode abrir uma ação?

M.T – Pode, pode, pode. Mas para isso tem a fiscalização da [receita].

E.P – Bom, inclusive eles estão reagindo [INAUDÍVEL].

M.T – É que a contribuição previdenciária que não é decorrente de uma ação, essa é competência da Justiça Federal, ela que cobra. Mas agora nós estamos com uma outra discussão que é assim, um trabalhador trabalhou, digamos, 20 anos para alguém e a final teve um vínculo reconhecido por força de uma decisão judicial. Aí o que se defere de parcelas para ele são algumas desses 30 anos porque boa parte não estava descrito, ou ele já recebeu. Aí o entendimento que vigora por enquanto nos tribunais é que a contribuição previdenciária é só sobre isso que se deferiu, sobre esses valores, até porque mesmo que se reconheça...

E.P – O que deveria a mais...

M.T – Não, o vínculo aqui, a previdência resiste para depois para fins de aposentadoria. Ele tem que entrar com outra ação lá na Justiça Federal, que é uma [INAUDÍVEL]. Mas eles estão querendo que se determine o recolhimento da contribuição previdenciária de todo esse tempo de trabalho. Aliás, inclusive isso aí supera em muito o que o trabalhador vai receber. Tudo bem, até acho que tudo bem, desde que a previdência então entenda que, para fins depois de aposentadoria, etc, que esse tempo de serviço existiu e que não precisa de mais nada, que... Então tudo bem, mas desde que ela também reconheça a, aliás, como deve, não é, essa sentença...

E.P – Ela reconheça a sua parte do compromisso nisso.

M.T – Então, tudo bem. Só que isso aí vai ser muito mais porque imagina executar...

E.P – Tem coisas boas em andamento.

M.T – Desculpe.

E.P – Fique à vontade.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

E.P – Você tem filhos?

M.T – Emprestado, aquele ali.

E.P – Olha, um rapagão...

M.T – É meu enteado. Ele está comigo desde pequeno. Então, é meu.

E.P – Muito bonito.

M.T – Adolescentíssimo. Ele era melhor em outras épocas.

E.P – [Risos] Mas volta a ficar.

M.T – Não sei se isso é uma doença que tem cura, não é. Isso é uma doença que tem cura.

E.P – Tem cura, felizmente.

M.T – Graças a Deus. Meu marido tem um casal, aqueles que estão na foto lá de cima também. Aquela foto tem dois anos. Mas o Lucas está conosco desde pequeno, a Camila não. A Camila mora com a sogra. Ela também, ela tem 24 anos, então já é adulta.

E.P – Já é por conta dela.

M.T – Já. Quer dizer, mais ou menos.

E.P – [Risos] Por isso a sua experiência [INAUDÍVEL].

M.T – Mais ou menos.

E.P – Pois bem Madalena. Te agradecemos...

M.T – Estão aí desde quando?

E.P – Chegamos ontem à noite...

[FINAL DO DEPOIMENTO]